



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

LIDO, AUTUE-SE E
INCLUA EM PAUTA

11 NOV 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

11 NOV 2025

Protocolo: 1288/25

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº 1196/25

AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA

Dispõe sobre a vedação da exigência de valor mínimo para pedidos realizados por meio de aplicativos e plataformas digitais no Estado de Rondônia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica vedada, no âmbito do Estado de Rondônia, nas relações de consumo, a exigência de valor mínimo para a realização de pedidos ou compras efetuadas por meio de aplicativos de entrega (delivery), plataformas digitais de intermediação de produtos, marketplaces ou serviços similares.

Art. 2º A vedação constante no artigo anterior aplica-se a:

I – estabelecimentos comerciais cadastrados em aplicativos de entrega de alimentos, supermercados, farmácias e outros serviços digitais;

II – plataformas digitais de intermediação (marketplaces), independentemente do meio de pagamento utilizado, seja cartão, PIX, dinheiro ou outro meio eletrônico;



| | | | |
|--|--|-----------------------------|----|
| PROTOCOLO | | PROJETO DE LEI ORDINÁRIA | Nº |
| AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA | | | |
| <p>III – empresas que, direta ou indiretamente, condicionem a efetivação do pedido à fixação de valor mínimo de compra.</p> <p>Art. 3º Não se considera exigência abusiva a cobrança de taxa de entrega, desde que:</p> <p>I – seu valor seja informado de forma clara, ostensiva e prévia antes da conclusão do pedido;</p> <p>II – não se confunda a cobrança de frete com a imposição de valor mínimo de compra.</p> <p>Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), bem como às sanções administrativas aplicadas pelos órgãos de defesa do consumidor do Estado de Rondônia.</p> <p>§ 1º As penalidades poderão compreender, conforme a gravidade da infração:</p> <p>I – advertência;</p> <p>II- multa;</p> <p>III- suspensão temporária do cadastro do estabelecimento nas plataformas digitais;</p> | | | |



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

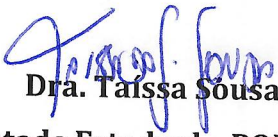


| PROTOCOLO | | PROJETO DE LEI ORDINÁRIA | Nº |
|--|--|-----------------------------|----|
| AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA | | | |
| <p>IV- suspensão parcial ou total das atividades, em caso de reincidência ou descumprimento reiterado.</p> <p>§ 2º A multa será fixada entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) UPFs/RO (Unidade Padrão Fiscal de Rondônia), podendo ser elevada para até 300 (trezentas) UPFs/RO em caso de reincidência, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>§ 3º A fixação da penalidade observará os critérios do art. 57 do Código de Defesa do Consumidor, considerando a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator.</p> <p>§ 4º A fiscalização e aplicação das sanções previstas nessa lei caberão ao PROCON/RO e aos demais órgãos integrantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.</p> <p>Art. 5º Os valores arrecadados por meio das multas aplicadas com base nesta Lei serão destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDEC/RO, instituído pela Lei nº 2.721, de 20 de abril de 2012, conforme regulamentação do Poder Executivo.</p> <p>Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.</p> <p>Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> | | | |



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



| | | | |
|---|-----------------------------|-----------------------------|----|
| PROTOCOLO | | PROJETO DE LEI ORDINÁRIA | Nº |
| | AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA | | |
| <div style="text-align: center;"> Dra. Taíssa Sousa Deputada Estadual - PODEMOS</div> | | | |



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA

JUSTIFICATIVA

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Diletos colegas deste Parlamento Estadual,**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar a proteção dos direitos do consumidor no Estado de Rondônia, coibindo a prática abusiva de exigência de valor mínimo para a realização de pedidos em plataformas digitais e aplicativos de entrega.

Com o avanço da tecnologia e a popularização dos serviços de delivery, especialmente após a pandemia de Covid-19, milhões de consumidores passaram a depender dos aplicativos para adquirir alimentos, medicamentos, itens de higiene e outros produtos essenciais. No entanto, muitos estabelecimentos e plataformas digitais impõem valores mínimos para finalizar compras, o que restringe o acesso ao consumo, especialmente de pessoas de baixa renda, moradores de áreas periféricas ou que vivem sozinhas.

Essa prática viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da boa-fé nas relações de consumo e do direito de livre escolha, previstos no Código de Defesa do



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: DEPUTADA DRA. TAÍSSA

Consumidor (arts. 4º, 6º e 39, V), uma vez que condiciona o direito de comprar à imposição de uma despesa que nem sempre o consumidor pode ou deseja assumir.

Ao adotar esta proposta, o Estado de Rondônia reafirma seu compromisso com os direitos do consumidor, a proteção da economia familiar e o incentivo ao comércio justo e acessível. A previsão de multa baseada na Unidade Padrão Fiscal (UPF/RO) segue o padrão já adotado em outras leis estaduais sobre relações de consumo, garantindo segurança jurídica e efetividade à aplicação da norma.

Portanto, a aprovação deste projeto se justifica não apenas pela sua legalidade e constitucionalidade, mas sobretudo pelo seu caráter humano, social e inclusivo, assegurando que nenhum consumidor seja impedido de exercer seu direito de compra por não atingir um valor mínimo arbitrariamente estipulado.


Dra. Taissa Sousa

Deputada Estadual - PODEMOS